

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Reservas de Lucros			Dividendos Adicionais Propostos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária				
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.821.931</b>	<b>123.680</b>	<b>32.953</b>	<b>189.110</b>	-	<b>(139.102)</b>	<b>3.028.572</b>
Incorporação ao Capital	32.953	-	(32.953)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 10.c)	-	-	-	-	270.452	-	270.452
Instrumentos Financeiros - VJORA - De Coligadas e Controladas em Conjunto	-	-	-	-	(1.711)	-	(1.711)
Ganhos e Perdas por Variação na Participação Relativa em Investidas	-	-	-	-	267.404	-	267.404
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial - Reflexos	-	-	-	-	4.759	-	4.759
Resultado de Transações Patrimoniais entre Sócios	-	-	-	-	-	(4.924)	(4.924)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	3.595	3.595
Distribuição de Reservas	-	-	-	(189.110)	-	-	(189.110)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	387.173	387.173
Proposta da Administração para as Destinações do Exercício:							
Reserva Legal	-	19.292	-	-	-	(19.292)	-
Dividendo Obrigatório	-	-	-	-	-	(91.638)	(91.638)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	274.914	-	(274.914)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.854.884</b>	<b>142.972</b>	<b>-</b>	<b>274.914</b>	<b>131.350</b>	<b>-</b>	<b>3.404.120</b>
Redução de Capital	(383.467)	-	-	-	-	-	(383.467)
Cisão Societária	(348.008)	-	-	-	-	-	(348.008)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 10.c)	-	-	-	-	(82.497)	-	(82.497)
Instrumentos Financeiros - VJORA - De Coligadas e Controladas em Conjunto	-	-	-	-	(1.473)	-	(1.473)
Ganhos e Perdas por Variação na Participação Relativa em Investidas	-	-	-	-	(88.855)	-	(88.855)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial - Reflexos	-	-	-	-	7.831	-	7.831
Resultado de Transações Patrimoniais entre Sócios	-	-	-	-	-	(20.485)	(20.485)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	(349)	(349)
Distribuição de Reservas	-	-	-	(274.914)	-	-	(274.914)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	658.070	658.070
Proposta da Administração para as Destinações do Exercício:							
Reserva Legal	-	31.862	-	-	-	(31.862)	-
Dividendo Obrigatório	-	-	-	-	-	(302.687)	(302.687)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	302.687	-	(302.687)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.123.409</b>	<b>174.834</b>	<b>-</b>	<b>302.687</b>	<b>48.853</b>	<b>-</b>	<b>2.649.783</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

### Nota 1 – Contexto Operacional

A Caixa Participações S.A. (CAIXAPAR) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Brasília, Distrito Federal, Brasil. Foi constituída em 31 de março de 2009 como subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Controladora). Sua constituição foi deliberada e aprovada pela Ata n.º 195, em 30 de janeiro de 2009, pelo Conselho de Administração da CAIXA. Este ato está amparado legalmente pela Lei n.º 11.908, de 3 de março de 2009, que em seu Art. 1º autorizou a criação de empresas subsidiárias integrais ou controladas da CAIXA.

A CAIXAPAR encontra-se devidamente registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob n.º 53300010277 e é regida por seu Estatuto Social, adequado à Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, e aprovado em 30 de abril de 2020 pela Assembleia Geral Extraordinária, e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis, sendo seu prazo de duração indeterminado. A CAIXAPAR tem em seu objetivo social gerir participações societárias, podendo adquirir e alienar participações em empresas já existentes ou por ela criadas, públicas ou privadas, com ou sem controle, cujo objetivo social mantém relação com o da CAIXA, observado o disposto na legislação que lhe é aplicável.

Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei n.º 13.303/16, a constituição da Controladora CAIXA, como empresa pública, é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, seja como instituição financeira ou agente de políticas públicas e principal parceira estratégica do Estado brasileiro, desenvolvendo suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

A Controladora CAIXA exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Assim, em seu plano estratégico, a CAIXAPAR busca contribuir com a competitividade, o desenvolvimento empresarial e o papel social da CAIXA, em atividades afetas ao objeto social da Controladora, por meio da construção de arranjos societários e do exercício da governança corporativa.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR são de responsabilidade da administração e, em conformidade com o Estatuto, foram apreciadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2021.

### Nota 2 – Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR estão sendo apresentadas em cumprimento ao Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que regulamentou a Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016 ("Lei das Estatais").

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR foram integralmente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras, as quais compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e demais políticas adotadas pela entidade em assuntos não regulados, observado o Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro emitido pelo CPC e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### 2.1 Base de Preparação

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR são preparadas no pressuposto da continuidade da entidade e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na preparação das demonstrações contábeis, as características qualitativas de informações financeiras úteis e a restrição de custo são fatores considerados na seleção de diferentes bases de mensuração para diferentes ativos, passivos, receitas e despesas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR contêm registros que refletem o custo histórico das transações como base de valor, atualizado ao longo do tempo, conforme aplicável, para refletir mudanças subsequentes nas condições econômicas de ativos e passivos nas datas de mensuração. Desta forma, as bases de mensuração do valor atual desses ativos e passivos podem incluir o valor justo, o valor em uso de ativos e o valor de cumprimento de passivos, os quais são tratados de forma específica nas notas seguintes.

A preparação de demonstrações contábeis envolve julgamento pela administração quanto ao uso de estimativas contábeis críticas no processo de aplicação das práticas contábeis. Assuntos que requeiram maior nível de julgamento e possuam maior complexidade, bem como aqueles nos quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, são divulgados no subitem 2.10 – Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXAPAR e que representa o ambiente econômico em que atua.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR são apresentadas na forma individual, observadas as exceções à consolidação previstas no Pronunciamento CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As práticas contábeis descritas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

As bases utilizadas são as mesmas contempladas nas Demonstrações Contábeis da CAIXAPAR de 31 de dezembro de 2019, e devem ser lidas em conjunto com estas.

#### 2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários disponíveis e o numerário em espécie, além de quaisquer outras aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de variação de valor.

#### 2.3 Instrumentos Financeiros

A CAIXAPAR classifica seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial com base no modelo de negócios da entidade para a gestão dos instrumentos e nas características de fluxo de caixa contratual, nas categorias de mensuração ao custo amortizado e de mensuração ao valor justo por meio do resultado. A CAIXAPAR não possui aplicação em instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

#### 2.4 Investimentos

##### (a) Empreendimentos Controlados em Conjunto

Empreendimentos controlados em conjunto são negócios em conjunto segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio em conjunto. A CAIXAPAR julga que controla em conjunto uma entidade quando, como parte integrante do negócio, pode impedir que a(s) outra(s) parte(s) possa(m) controlar separadamente o negócio, ensejando assim, que todas as decisões relevantes sejam tomadas em consenso. Essa partilha do controle em conjunto é usualmente definida no estatuto, contrato social ou em documentos firmados entre as partes, como um acordo de acionistas.

##### (b) Reconhecimento e Mensuração

Os investimentos em entidades controladas em conjunto são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, segundo o qual o valor atual dos investimentos deve refletir a participação proporcional da CAIXAPAR sobre os ativos líquidos de suas investidas. Ajustes podem ser requeridos às demonstrações das investidas, de modo a retratar, com fidelidade, os direitos políticos e econômicos detidos pela CAIXAPAR.

Pelo método de equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e, subsequentemente, aumentado ou diminuído pela apropriação proporcional das variações no resultado e no patrimônio da investida. A participação da CAIXAPAR nos lucros ou prejuízos de suas investidas é reconhecida no resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas por consequência do aumento ou diminuição na participação relativa de seus investimentos são reconhecidos no patrimônio líquido e são registrados no exercício em que ocorrerem.

Os efeitos de ganhos e perdas apurados em transações entre a CAIXAPAR e suas controladas em conjunto são eliminados na mensuração dos investimentos.

Os dividendos declarados pelas investidas da CAIXAPAR são considerados realização do investimento e reduzem seu valor contábil. Juros sobre o capital próprio são reconhecidos de forma consistente com o tratamento contábil conferido pelas investidas, nos termos da legislação vigente, conforme sejam imputados ao dividendo obrigatório como distribuição do resultado líquido ou reconhecidos como despesa financeira, observada a incidência tributária em qualquer dos casos.

Para aplicação do método de equivalência patrimonial, a CAIXAPAR utiliza demonstrações contábeis das controladas em conjunto posicionadas na data de encerramento do exercício social.

##### (c) Intangíveis Identificáveis

Os intangíveis identificáveis na aquisição de participações societárias, como marcas, relacionamentos comerciais e contratos de tecnologia, são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, no processo de alocação do preço de compra (purchase price allocation). Posteriormente, são contabilizados pelo seu valor de aquisição, deduzida a amortização acumulada, alocada pelo método linear de acordo com o prazo de vida útil, se estimado, além de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, cuja verificação é realizada anualmente.

##### (d) Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), representado pela diferença positiva entre o valor justo da contraprestação paga pela aquisição de um negócio e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, compõe o saldo contábil do investimento, sendo testado anualmente quanto à sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros. O valor contábil do goodwill corresponde ao valor de aquisição deduzido de eventuais perdas associadas à redução de sua capacidade econômica, que sejam constatadas em períodos subsequentes (impairment). Ganhos ou perdas na alienação de participações societárias incluem o valor contábil do goodwill.

##### 2.5 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment)

A CAIXAPAR promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos com o intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXAPAR verifica o valor recuperável dos intangíveis identificáveis e do goodwill contabilizado na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo valor justo líquido de despesas de venda ou pelo valor em uso, assim entendido como o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para o ativo ou para a unidade geradora de caixa, conforme o caso.

##### 2.6 Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

###### (a) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados com base no lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações previstas na legislação fiscal, sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes para o período de apuração que está sendo reportado. Esses tributos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

###### (b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro tributável determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades tributárias, sobre o qual os tributos sobre o lucro são devidos (recuperáveis). Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base na legislação tributária e nas alíquotas vigentes ao término do período reportado.

Os ativos fiscais diferidos da CAIXAPAR são calculados sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado às diferenças temporárias dedutíveis, originadas no reconhecimento de provisões diversas.

Os passivos fiscais diferidos da CAIXAPAR são calculados sobre o lucro devido em um período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis. Esses tributos diferidos estão relacionados a itens específicos que são reconhecidos no exercício corrente diretamente no patrimônio líquido, como os ajustes a valor de mercado de ativos mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes, enquanto não forem realizados por alienação ou baixa, bem como receitas ou despesas incluídas no lucro contábil do período corrente mas que serão incluídas no lucro tributável (prejuízo fiscal) em um período futuro, como ganhos por compra vantajosa em combinação de negócios e juros sobre o capital próprio apropriados pelo regime de competência, sobre valores a serem declarados fiscalmente pelas investidas no exercício subsequente.

##### 2.7 Provisões e Contingências Ativas e Passivas

São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou extrajudicial com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As contingências judiciais (ações de perda possível) não são reconhecidas contabilmente porque são obrigações nas quais a entidade ainda precisa confirmar se tem ou não a obrigação ou não é provável que incorra em saída de recursos.

##### 2.8 Patrimônio Líquido

A distribuição de dividendos para o acionista único, CAIXA, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da CAIXAPAR ao final do exercício, no montante referente ao valor mínimo obrigatório conforme definido no Estatuto Social da CAIXAPAR, correspondente a 50% do lucro líquido ajustado após a constituição das reservas previstas. Valores superiores ao mínimo obrigatório são inicialmente registrados em conta destacada no patrimônio líquido da CAIXAPAR e somente são reconhecidos como obrigação presente após a aprovação da assembleia de acionistas.

Caso a CAIXAPAR apresente prejuízo ao final do exercício, o mesmo é absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

##### 2.9 Receitas e Despesas

As receitas e despesas são computados no resultado do exercício em que ocorrerem, independentemente do recebimento ou desembolso financeiro, observado o regime de competência. As receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas como receitas financeiras e despesas financeiras, respectivamente, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. Juros sobre o capital próprio reconhecidos contabilmente como despesa financeira pelas investidas recebem tratamento análogo, como receita financeira na CAIXAPAR.

##### 2.10 Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

Os julgamentos e estimativas contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Baseada em premissas, a CAIXAPAR faz estimativas em relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais e eventuais desvios, presumindo a seleção de premissas razoáveis e adequadas, não são tratadas como erros. As premissas e estimativas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos estão presentes, destacadamente, nos testes de impairment dos ativos, bem como no reconhecimento de contingências com alta probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para sua liquidação e, em menor nível, nas provisões relacionados ao passivo a descoberto de investidas e outras obrigações contratuais.

##### 2.11 Leis e Normas Recentemente Emitidas

###### (a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Estrutura Conceitual (Conceptual Framework): As principais alterações se referem as definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e não houve impactos para as Demonstrações Contábeis da CAIXAPAR.

Alterações na IFRS 16 – Arrendamentos: Expediente prático que permite aos arrendatários não caracterizar as concessões feitas ao arrendamento motivadas pela pandemia da COVID-19 como modificação de contrato. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de junho de 2020, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia informa que a conclusão das análises preliminares voltadas à avaliação dos potenciais impactos dessa alteração nas suas informações contábeis não apontou para a ocorrência de impactos relevantes diante de suas atividades.

###### Nota 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários disponíveis e o numerário em espécie, além dos certificados de depósito bancário e quaisquer outras aplicações financeiras de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de valor.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	306	172
Instrumentos Financeiros - VJR	-	440.342
Certificados de Depósito Bancário <sup>(1)</sup>	-	440.342
<b>Total</b>	<b>306</b>	<b>440.514</b>

(1) Certificados de Depósito Bancário emitidos pela CAIXA Econômica Federal.

###### Nota 4 – Instrumentos Financeiros

###### (a) Instrumentos Financeiros – Valor Justo por meio do Resultado

Os Instrumentos Financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são representados pelas aplicações mantidas nos fundos: (i) Fundo de Investimento em Cotas do Fundo de Investimento Caixa Extramercado Comum IRFM-1, atrelado à taxa de juros doméstica, administrado pela Caixa Econômica Federal e sem carência para resgate.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos Financeiros - VJR	1.181.397	738.090
Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa	1.181.397	738.090
<b>Total</b>	<b>1.181.397</b>	<b>738.090</b>

Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos pela CAIXAPAR estão classificados como ativos de Nível 1, no qual as informações aplicadas nas técnicas de avaliação correspondem a preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

###### (b) Instrumentos Financeiros – Custo Amortizado (Opções de Venda)

Os acordos de acionistas e de cotistas celebrados pela CAIXAPAR no contexto dos investimentos em coligadas, controladas em conjunto e controladas podem prever a outorga de opções de compra e/ou de venda, suscitando para os sócios direitos e obrigações adicionais, a serem exercidas sob determinadas condições e circunstâncias pactuadas entre as partes.

Os termos negociados têm por base o valor pago na aquisição da participação acionária, com incidência de atualização por indexadores pós-fixados, podendo ou não ser acrescidos de taxa de juros remuneratórios, sendo esses elementos os componentes do preço de exercício das opções, para liquidação em momento futuro.